

OFICINA GÊNERO E EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Carolina Alves Magaldi

Doutora em Letras – Estudos Literários pela UFJF. Professora titular da Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP).

Carla Silva Machado

Doutoranda em Educação pela PUC/Rio. Bolsista de doutorado pelo CNPq.

RESUMO

O presente texto é um relato de experiência da Oficina Gênero e Educação, ministrada pelas autoras durante o II Seminário de Gestão e Avaliação da Educação Pública do PPGP/CAEd/UFJF, em 22 janeiro de 2016, com duração de quatro horas. O texto apresenta o cenário acerca da temática na educação brasileira, a estrutura da oficina e os apontamentos dos cursistas em relação às discussões em torno do tema, além de uma avaliação da oficina. Entendemos que discutir gênero e sexualidade na formação de professores é uma maneira de instrumentalizá-los para o cotidiano, portanto, de extrema importância na atualidade.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Formação de Professores.

[...] se é verdade que a docência é um ofício impossível, também é verdade que nada tem que continuar sendo impossível (TARDIF e LESSARD, 2005, p. 289).

Existem temas que se fazem fundamentais para as discussões do campo da educação por estarem sendo revisitados por políticas públicas e documentos normativos. Em outros casos, a própria discussão acadêmica leva a considerá-los com mais atenção. Existem ainda os temas que surgem no chão da escola, nos diálogos com a mídia e a sociedade, e entram nas salas de aula sem pedir licença. A temática das relações de gênero preenche todos esses requisitos.

Em consonância com este perfil, o Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) abriu espaço em seu II Seminário de Gestão e Avaliação da Educação Pública do PPGP/CAEd/UFJF, em 22 janeiro de 2016, para uma oficina centrada na temática Gênero e Educação, com duração de quatro horas.

A oficina foi destinada aos alunos do mestrado profissional, egressos do Programa, em sua maioria gestores da educação básica, e aberta ao público em geral. As inscrições eram gratuitas e foram abertas 30 vagas.

HORIZONTES DE EXPECTATIVAS

A oficina fez parte da programação do II Seminário em Gestão da Educação Pública e o PPGP almejava trazer temas relevantes para a educação pública brasileira, bem como abrir espaços para o diálogo entre os mestrados do programa e os profissionais da educação da cidade de Juiz de Fora (MG) e região.

O grupo de participantes foi bastante diversificado, com professores e gestores das redes municipal, estadual e federal da cidade, mestrandos e mestres do PPGP, e até mesmo tutores do programa de pós-graduação, além de alunos da graduação da UFJF.

A oficina partiu, exatamente, das expectativas dos alunos, que revelaram um sentimento de necessidade e urgência relacionado ao tema. No entanto, os mesmos alunos revelaram ter muitas dúvidas sobre como lidar com a temática em seus respectivos ambientes de trabalho.

Um dado interessante sobre as expectativas dos alunos foi que os participantes do gênero masculino foram os que mais se expressaram nesta fase inicial, e também aqueles que mais ofereceram experiências pessoais como ilustração das discussões.

Não houve nenhuma opinião combativa com relação à polarização de opiniões acerca das concepções normalmente chamadas de “ideologia”, ou “cultura” de gênero.

Para as professoras, a oficina trazia possibilidades de sistematizar conhecimentos construídos em artigos e congressos, bem como combinar o estudo de gênero à arte audiovisual. Esperávamos, ainda, a oportunidade de refletir sobre a oficina e a respeito das opiniões dos alunos, fato que será concretizado neste relato.

ATRÁS DAS CORTINAS E CONTEXTO DO PNE E PMES

Nos últimos anos, as discussões envolvendo a temática de gênero na escola vêm ganhando relevância, visto que grupos sociais organizados entendem que discutir estas questões no ambiente escolar prepara os alunos para uma sociedade com menos machismo e menos homofobia, progredindo, assim, para uma equidade entre os gêneros. Estas discussões caminham para o entendimento de que há diversas maneiras de ser e estar no mundo, e visam acabar com a dicotomia entre o bem e o mal, o certo e o errado, o normal e o anormal, e várias outras que almejem encaixar as pessoas em determinados padrões.

Em contrapartida aos movimentos sociais organizados que defendem uma educação na perspectiva da equidade entre os gêneros, há outros setores que são contrários à discussão dessa temática no âmbito escolar, acreditando que estas discussões devem ficar a cargo da família, visto que há questões morais e religiosas que cada grupo resolve à sua maneira.

No ano de 2015, em função do debate em torno do Plano Nacional de Educação (PNE), a discussão se mostrou mais acirrada. As redes municipais e estaduais de educação empenharam-se na construção de Planos Municipais e Estaduais de Educação visando acrescentar e/ou retirar elementos para a construção do Plano Nacional de Educação (PNE) que estará em vigor nos próximos 10 anos. Como consequência, houve acaloradas discussões nos conselhos municipais e estaduais sobre a inclusão ou não das questões de gênero no planejamento das Redes Educacionais.

O que se seguiu foi uma polarização de perspectivas. Por um lado, muitas entidades protestaram para que os planos municipais e estaduais não abordassem a temática do gênero e sexualidade; por outro lado, várias organizações e movimentos organizados de mulheres, transgêneros e homossexuais, assim, como de educadores, manifestaram-se a favor da inclusão da questão de gênero nos planos, alegando que o tema visa combater as práticas preconceituosas e discriminatórias iniciadas na infância, colocando como tarefa da escola discutir com os alunos a equidade de gênero. Tal visão partia da premissa que, mesmo que de forma inconsciente, existe toda uma carga de discriminação histórica na sociedade contra as mulheres, transgêneros e homossexuais, transbordando na perpetuação do preconceito, da desigualdade de gênero e do machismo.

Visando dar um norte sobre o assunto e entendendo que esta discussão é importante para garantir o acesso igualitário à cidadania, que é um dos objetivos da educação, o Ministério da Educação (MEC), junto com o Conselho Nacional de Educação (CNE), elaborou uma nota pública em 01 de setembro de 2015 manifestando-se favorável à discussão de gênero nas escolas brasileiras. A nota defende a diversidade cultural e de gênero. Segundo o documento:

O ato de universalizar direitos, mormente na educação, implica identificar e nominar, em situações concretas do cotidiano da existência humana, as singularidades, especialmente em formações sociais que, tradicionalmente as desconhecera, seja por via da omissão, seja por via da generalização que não lhe dá cobertura. [...] Em suma, o CNE considera que a ausência ou insuficiência de tratamento das referidas singularidades fazem com que os planos de educação que assim as trataram sejam tidos como incompletos e que, por isso, devem ser objeto de revisão.

Apesar do posicionamento claro do MEC e do CNE defendendo a discussão de gênero na escola, ainda nos últimos meses temos visto câmaras municipais e estaduais e conselhos de educação se posicionarem contra este debate. Paralelamente, movimentos sociais vêm alertando a população da importância de se discutir esta questão na escola, por entender que o currículo escolar é vivo e deve atentar-se às questões da sociedade.

Acreditamos que este tipo de debate, apesar de posições que enfatizam a universalidade, a normatização e a padronização dos indivíduos, mostra que a presença dos movimentos sociais fortes e questionadores, que defendem a diversidade e a interculturalidade, pode ser um caminho de transformação e de busca de novas concepções e deslocamentos, que levam a pensar o outro, o não hegemônico. Este debate também atinge os vários profissionais da educação, que estão buscando uma formação para poderem levar o tema para a sala de aula de forma consciente e contribuir com uma educação no sentido lato da palavra: para a cidadania e para a diversidade, buscando, assim, uma escola que acolha a todos e prepare seus alunos para uma vida em sociedade com participação igualitária e sem preconceitos.

Entendemos que muitos educadores que buscam uma formação para a diversidade ainda estão caminhando em pequenos grupos, mas estes podem fazer a diferença na formação de seus educandos. Por isso o posicionamento do MEC e do CNE ganham tanta relevância, pois indica que estes profissionais estão no caminho da educação para a diversidade e cidadania. Aponta, ainda, um norte para as universidades e para os cursos de formação de professores e gestores da educação: é preciso preparar estes profissionais para o debate em torno de gênero na escola.

Destacamos, ainda, que no ano de 2015, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizado em outubro, que avalia os estudantes do terceiro ano do Ensino Médio de todo o país, trouxe na prova da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias uma questão discutindo a frase da pensadora feminista Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. A questão apontava para a discussão de que ser homem ou ser mulher perpassa por construções sociais e culturais, o que é o grande mote dos movimentos de gênero em todo o mundo, cuja pensadora francesa é uma referência importante.

Ainda na edição do Enem/2015, o tema da prova de redação foi “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”. Estes dados apontam para a necessidade de tratar de tais questões envolvendo gênero e suas diversas ramificações no seio das instituições de ensino. Neste sentido, entendemos que a relação entre gênero e educação é atual e não pode ser simplesmente ignorada. Por isso, torna-se imprescindível que seja abordado nas escolas de todo o Brasil e nos cursos de formação de professores e gestores escolares, visto que, a partir da formação, as mudanças acontecem e as estruturas que ainda discriminam a mulher, a/o homossexual, a/o transexual e outras identidades de gênero podem ser combatidas.

A oficina foi pensada no sentido de dar visibilidade à ideia de que o espaço para o trabalho com gênero e educação ainda carece de ser conquistado, e encontra-se cheio de percalços. Partimos da concepção exposta por Louro (2014), que diz:

Escolas e academias, em suas práticas, experimentam continuidades e descontinuidades, realizam deslocamentos e, eventualmente, rupturas. As denúncias, as questões e as críticas feministas, bem como aquelas vindas dos Estudos Culturais, dos Estudos Negros, dos Estudos Gays e Lésbicos também estão produzindo efeitos. Assim sendo, ainda que de formas talvez tímidas, vemos hoje em escolas brasileiras experiências e iniciativas que buscam subverter as situações desiguais de classe, raça, gênero, etnia – vividas pelos sujeitos (LOURO, 2014, p.124).

PLANO DE AÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA OFICINA

Ao pensarmos a oficina, queríamos criar um espaço que pudéssemos dividir com os cursistas, profissionais da educação como nós, estes percalços da discussão de gênero no âmbito da educação e, ao mesmo tempo, propor atividades que abrissem para a troca de experiências entre os participantes.

Dividimos a oficina em três partes. A primeira consistia na apresentação de conceitos, uma forma de destacarmos de onde estávamos falando e com que referenciais apresentamos estes conceitos. O segundo momento consistia na apresentação de curtas-metragens envolvendo a questão de gênero e um debate em torno destes. A terceira parte da oficina trazia a discussão de alguns casos de gestão envolvendo gênero no âmbito da escola.

Além desses três momentos, fizemos, no início da oficina, uma apresentação de todos os presentes pedindo que destacassem as expectativas deles em torno da temática que seria discutida. Ao final das atividades, houve ainda uma avaliação da oficina. Estas duas atividades serão analisadas na seção seguinte deste artigo-relato.

Ao trabalharmos o referencial que conduziu nossa oficina, apresentamos aos cursistas as ideias da Pedagogia Cultural e do Pós-Estruturalismo, que têm servido de base para inúmeros autores que discutem as questões de gênero, etnia e outras questões identitárias na escola. Além disso, entendemos que seria importante levar materiais de fácil acesso, para isso, também nos embasamos na edição de fevereiro de 2015 da Revista Nova Escola, que de maneira clara, objetiva e extremamente sensata abordou a temática em sua reportagem de capa, intitulada **Precisamos falar sobre o Romeo**. Trabalhamos, inclusive, com os conceitos de gênero, sexo e sexualidade apresentados pela revista, quais sejam:

O sexo é definido biologicamente. Nascemos machos ou fêmeas, de acordo com a informação genética levada pelo espermatozoide ao óvulo. Já a sexualidade está relacionada às pessoas por quem nos sentimos atraídos. E o gênero está ligado a características atribuídas socialmente a cada sexo (REVISTA NOVA ESCOLA, 2015, p. 26).

Vale ressaltar que nossa proposta era uma conversa com os cursistas, portanto, procuramos deixar sempre o diálogo aberto. Assim, em inúmeros momentos, os professores e gestores educacionais participantes da oficina puderam contar suas experiências e suas opiniões acerca do assunto.

Nossa fala destacou a questão do gênero como algo que está ligado à cultura. Neste sentido, aproveitamos a oportunidade para destacar as redes sociais como uma ferramenta importante para quebra de tabus e como importante aliada para uma educação mais lúdica que ultrapasse os muros da escola. Além disso, apresentamos a nota do MEC e CNE que trata da inclusão da temática de gênero no espaço escolar, o que para nossa surpresa, muitos desconheciam.

Após este primeiro momento, passamos para a segunda parte da oficina, que era a visualização e debate de alguns curtas-metragens, cuja temática envolvia gênero e escola e/ou gênero e infância. Todos os vídeos são facilmente encontrados no YouTube, sendo, portanto, artefatos que podem ser usados em sala de aula pelos professores, e que servem, ainda, como eficientes materiais para cursos de formação de professores, visto que retratam algumas realidades facilmente encontradas em nossas escolas.

1. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ktCXZg-HxGA>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

O primeiro vídeo, chamado de Vestido Nuevo¹, é um curta-metragem espanhol de 2007, dirigido por Sergi Pérez, com 13 minutos e 41 segundos de duração. O filme conta a história do menino Mário, que vai para escola com um vestido rosa e é hostilizado por colegas e funcionários da escola.

O segundo vídeo viralizou nas redes sociais e mostra uma menina de cerca de cinco anos de idade questionando a indústria de brinquedos que divide-os entre brinquedos rosas para meninas e azuis para meninos. Trata-se de um vídeo de um minuto e 11 segundos e aponta para a discussão das pedagogias culturais, ou seja, o que acontece em ambientes como shoppings, praças e outros espaços também podem ser levado para a sala de aula².

2. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lpp4Zt4caZY>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

Após a visualização e debate dos vídeos, tivemos um intervalo e alguns participantes do curso tiveram que sair. Nossa intenção inicial era dividi-los em grupos de quatro ou cinco alunos, que seriam conduzidos para a leitura de um caso de gestão escolar envolvendo a temática de gênero e convidados a propor soluções para estes casos. Porém, com um número menor de alunos, discutimos conjuntamente os casos de gestão propostos.

Preparamos para os alunos seis casos de gestão, sendo que quatro deles eram recortes de casos apresentados pela revista Nova Escola, edição de fevereiro de 2015, e os outros dois casos foram criados por nós a partir de realidades vivenciadas. Os casos de gestão envolviam: assédio sexual sofrido por meninas na escola, homofobia na escola, a discriminação da gestão de uma escola por causa de um aluno que foi à aula usando saia, e o caso do menino que gostava de ir para aula vestido de princesa - estes quatro apresentados pela revista Nova Escola. Os outros dois casos, escritos por nós, abordaram a liberação dos banheiros de acordo com a identidade de gênero numa universidade pública e a ida ao shopping por alunos da educação infantil e a escolha de um desses alunos em frequentar o espaço Barbie – destinado às meninas.

Optamos por casos diversos e que tratassem de diferentes níveis da educação, pois já sabíamos que o nosso público e a área de atuação deste era bem diversa, portanto os personagens dos casos de gestão eram crianças, adolescente, jovens e adultos, representando diversas faixas-etárias e diversas maneiras de abordar o tema.

O debate, apesar de curto, foi bastante proveitoso. Pudemos perceber que todos os cursistas estavam dispostos a conversar sobre o tema e introduzi-lo ou ampliá-lo em seus ambientes de trabalho, o que pode ser confirmado a partir das avaliações feitas, as quais serão analisadas a seguir.

PRÓXIMOS PASSOS – APONTAMENTOS DOS CURSISTAS

Após as atividades, os participantes preencheram cartões de avaliação que perguntavam os pontos positivos e negativos da oficina. Outro ponto coberto no *feedback* centrou-se em possíveis mudanças nas concepções de gênero e educação que tinham antes da oficina. Para finalizar, perguntamos sobre sugestões para as futuras edições da oficina.

Infelizmente, alguns alunos não puderam frequentar a oficina até o final, por conta da concomitância de atividades do seminário ou por conta de outros compromissos profissionais e pessoais. Com isso, o volume de avaliações foi menor do que o número de cursistas.

Dentre os sete *feedbacks* coletados, os pontos positivos mais recorrentes foram a exaltação da relevância e atualidade do tema e a metodologia dinâmica e dialógica da oficina. Um dos cursistas apontou, ainda, o caráter polêmico do tema e dois deles destacaram que o tema era relevante não só para universos educacionais, mas para a sociedade em geral.

Dentre os pontos negativos, quatro ou deixaram em branco, ou declararam que não se aplicava. Três destacaram o curto tempo para tratar de uma temática tão complexa e prolífera. Um deles chegou a acrescentar que era uma pena não termos mais tempo para dar continuidade à discussão.

Quanto à mudança de concepções, dois não responderam e três destacaram estar mais conscientes dos termos e conceitos referentes a gênero e sexualidade. Um deles destacou que esse esclarecimento havia despertado o interesse em pesquisar mais sobre o tema. Um dos cursistas buscou o lado das políticas públicas, destacando uma mudança em sua concepção do processo de sensibilização para a necessidade de tais políticas. Um dos participantes declarou que suas concepções não haviam mudado, pois já estavam de acordo com o que havia sido discutido.

No que tange às concepções que permaneceram, dois participantes deixaram em branco, um declarou que nada havia permanecido e os demais destacaram que haviam continuado com a percepção da complexidade do tema e na necessidade de diálogo constante sobre ele.

Por fim, as sugestões para futuras edições da oficina se concentraram na inclusão de práticas já existentes, bem como relatos de boas práticas na escola. Dois alunos sugeriram a inclusão do tema como disciplina para mestrandos e egressos do PPGP, e um dos participantes recuperou a noção do tempo, recomendando uma segunda edição mais longa da oficina.

O *feedback* dos participantes reiterou, assim, a relevância do tema e sua importância nos contextos educacionais e sociais. Além disso, reiterou nossa preocupação com a delimitação dos conceitos referentes a gênero e sexualidade como ferramentas para discutir um universo de tamanha complexidade.

Ressaltamos, ainda, que foi particularmente recompensador perceber a valorização dada à metodologia escolhida, especialmente por ter sido uma oficina oferecida a profissionais do campo da educação.

A oficina foi mais um passo dado por nós no percurso das discussões de gênero, e com a participação de cursistas conscientes da relevância do tema e sedentos por mais informações e discussões mais profundas, saímos do encontro convictas de que estamos no caminho certo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Nota pública** às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do DF, às Câmaras de Vereadores, aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação e à Sociedade Brasileira. Brasília, 1 set. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOARES, Welington. Precisamos falar sobre Romeo....**Revista Nova Escola.** Ano 30. no.279, Ed.Abril. Fev. 2015.p. 25-32.

TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Trad. João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2005. 317p.